

ATA N. 112 DA 96ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE  
JI-PARANÁ

Ata da Sessão Ordinária do Conselho Municipal de  
Saúde de Ji-Paraná, realizada no dia 26 de abril de  
2021, às 17:22 horas, virtualmente pelo aplicativo  
Skype.

1 ATA NÚMERO 112 da 96ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
2 SAÚDE DE JI-PARANÁ, iniciada às dezessete horas e vinte e dois minutos, em segunda  
3 convocação, ao vigésimo sexto dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, convocada  
4 através de Ofícios/Circular Nº 058/2021/CMS-JP/RO, reuniu-se virtualmente pelo sistema  
5 Skype, com a participação dos seguintes Conselheiros: Robson Ferreira Pêgo (Maçonaria), Luiz  
6 Antônio Albuquerque (AADUS), Edi Semeão do Carmo (DIOCESE), Francieli Carniel e Jussara  
7 da Silva Barcelos (COREN/RO), Sâmela T. Albuquerque Casula (CRF/RO), Fabiana da Rosa de  
8 Oliveira Nink e Natlia Malavasi (São Lucas), Jeferson de Oliveira Salvi (ESTÁCIO/UNIJIPA),  
9 Ronilce Rodrigues Reis (SEMED), Hiago Cunha Sichinel (CROO-RO), Izabel Soares Lopes  
10 (FETAGRO), Guilherme Cyro Sansaloni Ferreira (APAE), Rodrigo Zipparro (UNIMED).  
11 Também participaram da Reunião o Técnicos da SEMUSA Marcel Leme Cristaldo e a  
12 representante da Delegacia Regional de Saúde Rosilene Xavier. A reunião foi presidida pelo  
13 Conselheiro Robson Ferreira Pêgo, Presidente do CMS, contando com o Primeiro secretário  
14 Jeferson Salvi, e a Vice-Presidente Luciana Ramalho. Registra-se as presenças do Assessor  
15 Jurídico, Dr. Jacinto Dias, e da Secretária Executiva Thays Gleina Ferreira Dias. Com a presença  
16 dos Senhores Conselheiros acima nominados, o que será lançado no livro de presença da 96ª  
17 (nonagésima sexta) reunião ordinária e havendo número legal em segunda chamada, tendo no  
18 primeiro momento a presença de 12 (Doze) Entidades com 14 (Quatorze) Conselheiros, o  
19 Presidente cumprimentou a todos e fez a leitura da Convocação do dia 16 de Abril de 2021. Haja  
20 vista que todos os Conselheiros terem recebido a Ata de número 111 antecipadamente em PDF  
21 por meio do whatsapp e, portanto, dispensada sua leitura frente à ciência de todos, o Presidente  
22 colocou-a para apreciação do pleno, a qual foi APROVADA por unanimidade dos presentes. A  
23 reunião continuou com a leitura da Pauta e houve a sua aprovação por todos os Conselheiros  
24 presentes. Dispensou-se a leitura detalhada dos Ofícios Recebidos e Enviados, pois os mesmos  
25 foram apreciados pelos Conselheiros por arquivos enviados em PDF, apresentando-se a pauta  
26 com os seguintes itens: 1.0-PRIMEIRO EXPEDIENTE: 1.1-Ofícios recebidos; Ofício nº  
27 25/CGC/PMJP/2021 – Assunto: Balancete Contábil; nº 5606/2021/SESAU-GRS1 – Assunto:  
28 Substituição de Conselheira Titular; Ofício nº 049/GVVM/2021 – Assunto: Reclamações Centro  
29 de Especialidades Médicas – CEM; Ofício nº 29/CGC/PMJP/2021 – Assunto: Balancete  
30 Contábil; Ofício nº 110/GAB/SEMUSA/2021 – Assunto: Resposta ao Ofício n. 051/2.021/CMS-  
31 JP/RO – referente ao relatório das notificações compulsórias; Ofício nº  
32 108/GAB/SEMUSA/2021 – Assunto: Resposta ao Ofício n. 056/2.021/CMS-JP/RO – Inclusão  
33 de Pauta; Ofício nº 34/CGC/PMJP/2021 – Assunto: Prestação de contas; Ofício nº  
34 111/GAB/SEMUSA/2021 – Assunto: Pauta para Reunião Ordinária; Ofício  
35 80/DAB/SEMUSA/2021 – Assunto: Solicitação de Credenciamento de equipe de Saúde da  
36 Família e Agentes Comunitários de Saúde; Ofício SEI nº 333/2021/PJ-JPA – Assunto: Reuquinol  
37 (hidroxicloroquina) 400 mg; Notificação Requisitória nº 15024.2020/PTM de Ji-Paraná;  
38 Justificativa da não apresentação Ata da Reunião Extraordinária; Informações Grupo do Comitê  
39 COVID; Pedido de tomada de providência quanto a inclusão e vacinação prioritária das pessoas  
40 com deficiência bem como de seu acompanhante e/ou atendente pessoal; 1.2-Ofícios enviados;  
41 Ofício n. 049/2.021/CMS-JP/RO – Assunto: Informações Farmácia Básica; Ofício n.  
42 050/2.021/CMS-JP/RO – Assunto: Resposta ao Ofício SEI nº 333/2021/PJ-JPA – Assunto:  
43 Reuquinol (hidroxicloroquina) 400 mg; Ofício n. 051/2.021/CMS-JP/RO – Assunto: Resposta ao  
44 Memorando nº 77/AJUR/SEMUSA/2021 ao MP; Ofício n. 052/2.021/CMS-JP/RO – Assunto:  
45 Cópia dos documentos do Comitê de enfrentamento do COVID-19; Ofício n. 053/2.021/CMS-  
46 JP/RO – Assunto: Informações referente ao vídeo que circulou referente a vacinação; Ofício n.

47 054/2.021/CMS-JP/RO – Assunto: Homologação de Resolução; Ofício n. 055/2.021/CMS-  
48 JP/RO – Assunto: Cópia da ata do mês de Fevereiro ao MP Ofício: Ofício n. 056/2.021/CMS-  
49 JP/RO – Assunto: Documentos para inclusão de pauta; Ofício n. 057/2.021/CMS-JP/RO –  
50 Assunto: Homologação e decreto da Eleição da Mesa Diretora; Ofício n. 058/2.021/CMS-JP/RO  
51 – Circular de Convocação – Assunto: Convocação Reunião Ordinária: 2.0-SEGUNDO  
52 EXPEDIENTE - DELIBERAÇÕES: 2.1-Apresentação do relatório de visita à farmácia básica,  
53 solicitada pelo Ministério Público; 2.2- Criação da Comissão do RAG 2020; 2.3-Informativo de  
54 acréscimo dos indicadores anatomopatológicos e citopatológicos; 2.4-Constituição do Comitê  
55 e/ou criação do grupo de transmissão vertical do HIV, Sífilis e Hepatites B e C, para  
56 fortalecimento da gestão e a rede de atenção no SUS; 2.5-Pedido de inclusão de pautas: a)  
57 *Informes sobre a pactuação anatomopatológicas e citopatológicas conforme portaria 3712 de*  
58 *2020 para a região central e vale do Guaporé; b) Informe sobre a contratação de empresa*  
59 *especializada para gerenciamento dos leitos de UTI do Hospital Dr. Claudionor Couto Roriz; c)*  
60 *Alteração da relação dos materiais e equipamentos permanentes contidos na emenda*  
61 *parlamentar nº 1912207500120008 por novos equipamentos conforme demanda atualizada para*  
62 *atender as necessidades do Hospital Dr Claudionor Couto Roriz e UBS do BNH; d)Utilização*  
63 *do saldo remanescentes mais rendimentos da proposta de emenda parlamentar*  
64 *nº4992672000213019 no valor de RS 391.208,05 para atender as necessidades do Centro de*  
65 *Reabilitação através do fundo municipal de saúde; e) Utilização do saldo remanescente mais*  
66 *rendimentos da proposta de emenda parlamentar nº no valor de RS 340.203,49 para atender as*  
67 *necessidades da Oficina Ortopédica; f) Habilitação de quatro leitos de suporte ventilatório no*  
68 *Hospital Municipal conforme nota técnica 141 de 2020 da ANVISA;g) Credenciamento de 10*  
69 *Equipes de Saúde da Família e 100 Agentes Comunitário de Saúde 3.0 –INFORMES. A palavra*  
70 *foi concedida ao Sr. Marcel Leme, representante do setor de convênios e emendas parlamentares,*  
71 *para explanação de dois pedidos de inclusão e dois pedidos de exclusão de pautas, a serem*  
72 *apreciados pelo pleno: a) aprovação da solicitação de dez novas equipes estratégicas da saúde*  
73 *da família junto ao Ministério da Saúde, para o alcance de cem por cento de cobertura. O*  
74 *solicitante explicou que o município possui setenta e nove por cento de cobertura e há o intuito*  
75 *do aumento; b) Exclusão de pauta referente aos materiais e equipamentos para a Unidade*  
76 *Básica de Saúde do BNH, a serem adquiridos pela ementa parlamentar supracitada, pois há*  
77 *necessidade de alteração apenas de um equipamento: uma geladeira para conservação de*  
78 *imunobiológicos, e haverá outra tratativa para solução; c) Inclusão de pauta relacionada à*  
79 *saúde indígena, à pedido do vereador Edísio Barroso, solicitando mais leitos; d) Exclusão do*  
80 *relatório de informes sobre o gerenciamento dos leitos de UTI do Hospital Dr. Claudionor*  
81 *Couto Roriz. Este último pedido foi justificado baseado nas tratativas e decisões da gestão*  
82 *municipal que passará novo informe deste processo na próxima reunião. Os itens descritos na*  
83 *pauta original, as inclusões e as exclusões foram aprovados por unanimidade dos Conselheiros*  
84 *presentes. PRIMEIRO EXPEDIENTE: o Presidente iniciou convidando os Conselheiros a*  
85 *fazerem uso da palavra para falar sobre os ofícios enviados e recebidos, não havendo*  
86 *observações a reunião continuou com o SEGUNDO EXPEDIENTE: o Conselheiro Jeferson de*  
87 *Oliveira Salvi fez a leitura do relatório da Comissão Especial da COVID-19, do CMS, sobre a*  
88 *visita à Farmácia Básica (item 2.1). A palavra foi passada para o plenário e não houve o uso da*  
89 *palavra para manifestações, todavia, pelo chat do Skype a Conselheira Natália Malavasi*  
90 *parabenizou a comissão pelo trabalho realizado. O relatório foi aprovado por unanimidade dos*  
91 *Conselheiros presentes. Dando continuidade ao expediente, debateu-se sobre a criação da*  
92 *comissão do RAG 2020 (item 2.2) e a secretária executiva do CMS explicou que a comissão*  
93 *deve ser constituída por cinco pessoas. Houve a indicação da continuidade da sua constituição*  
94 *anterior, pelo Presidente do CMS, todavia, o Conselheiro Rodrigo sugeriu que novos membros*  
95 *integrem a comissão para que aprendam sobre o assunto e esta tarefa seja executada por todos os*  
96 *membros do Conselho, e se possível mais membros a integrem. O plenário entendeu que novos*  
97 *membros devem ser incluídos e, desse modo, a comissão para análise do RAG 2020 ficou assim*  
98 *constituída: Natália Malavasi (São Lucas), Sâmela Casula (CRF/RO), Jeferson Salvi*  
99 *(Estácio/UNIJIPA), Rodrigo Ziparro (UNIMED), Fabiana Nink (São Lucas), Francieli Carniel*  
100 *(COREN/RO) e André Oliveira (ACIJIP). A secretária executiva informou que após o*  
101 *recebimento do RAG 2020 a comissão tem sessenta dias para apreciação, sendo que um grupo de*

102 WhatsApp será criado para facilitar a comunicação entre os membros. Dando continuidade à  
103 pauta, o assunto do **item 2.3**, foi a leitura dos informativos de acréscimos dos indicadores  
104 anatomopatológicos e citopatológicos apresentado pelo Sr. Marcel Leme. A situação da  
105 pandemia colocou alguns impedimentos na realização das atividades de saúde pactuadas para a  
106 atenção primária e, desse modo, estratégias a curto e médio prazo, para a retomada das ações são  
107 imprescindíveis mesmo com a continuidade das infecções com o coronavírus. O objetivo deste  
108 item é o da ampliação de vinte por cento dos atendimentos para mulheres de vinte e cinco a  
109 sessenta e quatro anos. A palavra foi passada à plenária e não houve manifestações, a votação  
110 ocorreu e todos os Conselheiros presentes foram favoráveis. Dando sequência aos itens inclusos  
111 na pauta, o Sr. Marcel representando a secretaria municipal de saúde, apresentou o *relatório do*  
112 *Departamento de Atenção Básica (DAB)* sobre a situação dos quatro primeiros meses de 2021 e  
113 a conclusão da possibilidade de ampliação para cem por cento de cobertura caso o  
114 credenciamento do acréscimo de dez equipes de Saúde da Família ocorra. O solicitante explicou  
115 que após o cadastro, o Ministério da Saúde libera gradativamente e não há uma garantia da  
116 aprovação na íntegra do que for solicitado. A secretaria de saúde também informará os  
117 credenciados e o *status* do andamento da tratativa. A Conselheira Jussara fez uso da palavra para  
118 reforçar que o alcance da cobertura e dos indicadores do MS, influenciam diretamente nos  
119 recursos federais a serem repassados para a saúde do município. Outra dificuldade colocada foi a  
120 falta de dados atualizados no senso do IBGE que influencia no processo de execução das  
121 atividades, inclusive da imunização. O Dr Jacinto, assessor jurídico do CMS, fez uso da palavra  
122 para lembrar ao plenário sobre a importância do acompanhamento das atividades dos agentes  
123 comunitários de saúde porque anteriormente já fora observado que em algumas localidades do  
124 município: há um número de visitas muito baixo. Desse modo, ficou a orientação para que o  
125 DAB realize o acompanhamento. O Conselheiro Edi fez uso da palavra para lembrar o caso do  
126 município que teve que conduzir a esposa em uma carroça até o Hospital Municipal e que  
127 certamente a sua região era descoberta de atendimentos. O Sr. Marcel colocou que a equipe de  
128 gestão da SEMUSA entende que existe a necessidade de um concurso público em detrimento de  
129 testes seletivos, pois com o vencimento dos contratos não há a criação de vínculos o que é  
130 imprescindível para a correta execução das atividades associadas à equipe de Estratégia da Saúde  
131 da Família. Os chamamentos de concursos em aberto estão ocorrendo e esse levantamento de um  
132 novo concurso público está sendo realizado, sem prazos definidos. O item foi aprovado por  
133 unanimidade dos presentes. As alterações dos materiais e equipamentos permanentes contidos na  
134 proposta de emenda parlamentar nº 1912207500120008 foram debatidos conforme a organização  
135 dos itens apresentados nas pautas. O Sr. Marcel, representante da SEMUSA, colocou que quando  
136 a proposta foi inicialmente colocada haviam outras necessidades e que no atual momento o  
137 objetivo da gestão municipal é de zerar filas de espera, sobretudo das cirurgias eletivas, baseado  
138 nisso as alterações correspondem às reais necessidades apresentadas pelo Hospital Municipal Dr  
139 Claudionor Couto Roriz. A relação de sete páginas foi apresentada ao CMS e o Presidente  
140 colocou que todos os itens sairão na resolução a ser publicada. O Conselheiro Rodrigo  
141 questionou sobre a presença de aparelhos eletrocautérios e não constava na relação, desse modo,  
142 ele sugeriu a inserção de dois exemplares por ser funcionário do HM e conhecer as necessidades.  
143 A sugestão foi aceita pelo solicitante e respaldada pelo plenário que entendeu que além do  
144 quantitativo a ser alcançado pelas pactuações, à qualidade da prestação dos serviços deve ser  
145 considerada, portanto, o Conselheiro Rodrigo foi nomeado como consultor e interlocutor do  
146 CMS para a avaliação do documento contendo a relação de aparelhos e equipamentos  
147 permanentes a serem adquiridos por meio da emenda parlamentar supracitada, com valor  
148 aproximado total de quatrocentos e quarenta e nove mil reais. Todos os Conselheiros presentes  
149 foram favoráveis. Segundo o Sr Marcel Leme, as outras duas propostas para a utilização dos  
150 saldos remanescentes com rendimentos, não utilizados, conseguirão corresponder à expectativa  
151 de estruturação da assistência especializada da saúde municipal, sobretudo no CER e na oficina  
152 ortopedica, no montante de seiscentos e vinte e oito mil reais. O Sr. Edi pediu a palavra e  
153 perguntou sobre uma verba que fora destinada anteriormente para o CER, na gestão do então  
154 secretário de saúde Rafael Papa. A dúvida foi se a presente proposta se tratava de uma emenda  
155 independente da anterior ou esse saldo remanescente faz parte da mesma. O representante da  
156 SEMUSA não soube explicar, mas informou que só foram licitados nove mil reais da emenda

157 referida na proposta para uso do valor remanescente com rendimentos. O Presidente do CMS  
158 juntamente com assessor jurídico, Dr. Jacinto Dias, sugeriram que seja feito um levantamento do  
159 número das emendas nas resoluções anteriores da SEMUSA para que esse questionamento seja  
160 respondido com clareza para todos os munícipes. A secretária executiva, Thays, recordou o  
161 plenário que em algumas situações as gestões anteriores realmente não informavam o número  
162 das emendas, mas apenas os valores. Dando continuidade, o Sr. Marcel Leme, colocou a  
163 necessidade de habilitação de quatro leitos com suportes ventilatórios que são de extrema  
164 importância quando os leitos da Unidade de Terapia Intensiva estão totalmente ocupados, desse  
165 modo, haverá o devido repasse de valores para a manutenção e funcionamento. Foi realizado o  
166 convite para que os Conselheiros conheçam o espaço com os leitos junto ao HM. O Dr. Rodrigo  
167 fez uso da palavra para perguntar sobre a correta localização dos leitos e foi respondido pelo Sr.  
168 Marcel. O Conselheiro continuou sugerindo que a obra de canalização e distribuição do oxigênio  
169 para todos os leitos do HM, a partir da usina de oxigênio adquirida, seja licitada e executada com  
170 alta prioridade. O Sr. Marcel colocou que o valor ficou orçado em aproximados seiscentos mil  
171 reais e que as tratativas estão em andamento como prioridade do prefeito, além disso, o Sr  
172 Marcel ficou de encaminhar o número do processo para a secretária executiva do CMS, de modo  
173 que o CMS acompanhe. Finalizou completando que um sistema de interligação entre os  
174 torpedos, chamado *Backup*, também será instalado para situações de emergência. Após o  
175 Presidente ressaltar que os leitos já existem e que se trata apenas da habilitação dos mesmos, as  
176 duas propostas foram APROVADAS por unanimidade dos presentes. Finalmente, o Sr. Marcel  
177 colocou a solicitação de leitos exclusivos do HM destinados para a saúde indígena, a pedido do  
178 vereador Edísio Barroso, e explicou que o preconizado é a descentralização dos atendimentos,  
179 sendo que, não há a separação de leitos no HM e não há um custeio específico por parte do MS.  
180 Completou que a intenção do MS é que o indígena não se desloque aos hospitais e seja atendido  
181 na aldeia tendo o menor contato possível com a civilização. Houve a sugestão de que o  
182 atendimento dessa demanda seja analisado de outro modo porque não há recursos próprios, neste  
183 momento, do município para atendê-la. O Dr. Jacinto ressaltou a descrição da proposta de  
184 atendimentos do MS por parte da FUNAI, anteriormente descrita, e que acredita que mesmo que  
185 esses recursos venham a existir deverá haver uma autorização legal por parte da FUNAI para que  
186 a prestação de serviços da saúde seja realizada por parte do município. Desse modo, a proposta  
187 foi REPROVADA por todos os Conselheiros presentes para que o assunto seja levado pela  
188 SEMUSA para conhecimento e deliberação da FUNAI. O Sr. Edí se manifestou elogiando a  
189 decisão do plenário porque a saúde indígena envolve legislações independentes de entendimento  
190 complexo. Como último assunto, o **item 2.4**, foi apresentado pela Sra. Rosilene que representou  
191 o grupo para erradicação da Sífilis em gestantes e Sífilis congênita do município de Ji-Paraná.  
192 No chat do Skype ela anteriormente escreveu que se tratava de uma ação de trabalho motivada  
193 pela Organização Pan-americana (OPAS), pelo MS pelo governo do Estado de Rondônia, plano  
194 apresentado e aceito pelo prefeito e Secretário de Saúde. Dado o adiantar do horário, o  
195 Presidente do CMS, colocou em votação e o prolongamento da reunião para que o item 2.4 fosse  
196 concluído, foi APROVADO por unanimidade dos presentes. A Sra. Rosilene colocou que há um  
197 alto índice de infecção de Sífilis em Ji-Paraná, assim como um aumento no número de casos no  
198 estado e no país. O objetivo é tentar erradicar a doença no município. A representante do grupo  
199 colocou que existem alguns “gargalos” no município e, dentre eles, a centralização dos  
200 medicamentos na farmácia básica, uma vez que, a administração de medicamentos específicos  
201 par ao tratamento da Sífilis ocorre no HM. O ofício com a relação dos integrantes e funções foi  
202 anteriormente enviado para os Conselheiros. A Sra Rosilene concluiu a explanação dizendo que  
203 o Plano já havia sido assinado pelo prefeito e pelo secretário de saúde do município. No chat do  
204 *Skype* a Conselheira Jussara Barcelos escreveu que se trata de uma iniciativa muito importante e  
205 fazendo uso da palavra colocou que a equipe trabalha com testes rápidos e que a partir do  
206 momento que uma gestante positiva o ideal é que a medicação estivesse na UBS, pois a paciente  
207 tem que ir até a Farmácia Básica e posteriormente voltar à UBS para iniciar o tratamento e, por  
208 isso, elas acabam não retornando. O Conselheiro Rodrigo fez uso da palavra para elucidar que o  
209 tratamento da Sífilis envolve a administração de Penicilina Benzatina (Benzetacil<sup>®</sup>) que só pode  
210 ser feito em ambiente hospitalar devido ao risco de choque anafilático e sugeriu a criação de um  
211 link entre as UBS e o HM para que quando a prescrição for realizada, o atendimento passe a ser

212 prioritário no HM. No Chat a Conselheira Sâmela se manifestou escrevendo que esse princípio  
213 ativo, por ser classificado como antibiótico, precisa estar sob supervisão e ser dispensado por  
214 farmacêutico conforme a RDC 344 de 1998 da ANVISA e ressaltou a necessidade de  
215 profissionais farmacêuticos nas UBS. A Conselheira Jussara Barcelos comentou que existem  
216 portarias do MS afirmando que a administração deve ser realizada em UBS mesmo para agilizar  
217 o tratamento e que a orientação para os técnicos de enfermagem é que a aplicação do antibiótico  
218 seja realizada quando da presença de médicos nas UBS, com a existência de materiais de  
219 emergência. Em resposta ao comentário da Conselheira representante do CRF/RO, ela entende  
220 que é por esse motivo que há a centralização dos medicamentos na Farmácia Básica do  
221 município, por falta de profissionais nas UBS. O Conselheiro Rodrigo concluiu que não cabe a  
222 ele discutir o assunto, mas que manifesta a sua opinião como médico e entende que essa  
223 responsabilidade passa a ser assumida pela SEMUSA. A Sra. Rosilene colocou que haverá  
224 capacitações baseadas nas portarias. Não havendo mais comentários, a proposta foi colocada em  
225 votação e APROVADA por unanimidade dos presentes. 3.0 INFORMES. O consultor jurídico,  
226 Dr. Jacinto Dias, colocou que o Sr Ronivon participou da reunião, mas não ficou a tempo de  
227 apresentar a situação de que há água acumulada no setor de atendimento da COVID, oriundas  
228 dos ares condicionados, torpedos de oxigênio expostos na frente com perigo de pessoas  
229 esbarrarem e derrubarem. O Sr. Ronivon apresentaria sugestões para solucionar o que observou  
230 e, desse modo, será sugerido que o Sr Ronivon relate documentalmente o ocorrido e as sugestões  
231 para apreciação da diretoria e do plenário do CMS. O Conselheiro Edí solicitou o número de  
232 testes rápidos realizados até o presente momento no *drive Thru*, e lhe foi explicado que a ação  
233 seria de responsabilidade do governo do estado e o mesmo não forneceu os testes. O Sr. Marcel e  
234 a Conselheira Jussara finalizaram respondendo que os testes rápidos estão sendo realizados nas  
235 UBS e no centro de atendimento municipal da COVID-19. Não havendo mais nada a ser tratado,  
236 o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, as dezenove horas e  
237 dez minutos, da qual, para constar, eu, Jeferson de Oliveira Salvi, Primeiro Secretário do  
238 Conselho Municipal de Saúde, lavrei a presente ata que, se APROVADA, será assinada pelo  
239 senhor Presidente e por mim. Ji-Paraná, vigésimo segundo dia do mês de abril de dois mil e vinte  
240 e um.

  
Robson Ferreira Negro  
Presidente

  
Jeferson de Oliveira Salvi  
1º Secretário